

Congresso apóia medidas para acabar com violência no campo

Posição é levada por Sarney a Fernando Henrique, em reunião da qual participaram também os presidentes da Câmara e do STF e o ministro da Justiça

Líderes discutem pauta para acelerar reforma

Representando a liderança do governo, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) deixou a reunião na presidência do Senado afirmando que o grande mérito do encontro foi conferir poderes ao senador José Sarney para dizer ao presidente da República que o Congresso está disposto a apoiar o que o Executivo definiu como indispensável para resolver a questão agrária.

Segundo Arruda, deverão ser incluídas na pauta matérias já em tramitação no Congresso. Quanto à idéia de criação do Ministério da Reforma Agrária, o vice-líder do governo afirmou que a proposta poderá ser aprovada em 48 horas.

Segundo o líder do PTB, senador Valmir Campelo (DF), a proposta de criação do Ministério da Reforma Agrária foi tratada na reunião como forma de se dar maior agilidade à execução das medidas visando a acabar com os conflitos fundiários no país. Ele lembrou que também se discutiu no encontro a adoção de mudanças na legislação agrária em geral.



Valmir



Dutra

Já o senador Ademar Andrade (PA), líder do PSB, colocou a necessidade de uma ampla mudança na legislação pertinente à reforma agrária. Ademar recordou que, durante a Assembleia Nacional Constituinte, o capítulo da reforma agrária teve a única votação na qual não faltou nenhum parlamentar. Isso, segundo o senador, mostra que a classe parlamentar também tem culpa quanto às falhas existentes na Constituição.

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), disse ter dúvida quanto à eficácia do Ministério da Reforma Agrária: "Mais importante que a simples criação desse ministério seria o presidente da República indicar, para o Ministério da Agricultura e para o Incra, alguém que por seu próprio perfil significasse uma vontade política de fazer reforma agrária".



Ademar



Arruda

O presidente da República terá apoio irrestrito do Congresso para aprovar, inclusive por meio de medidas provisórias, as ações necessárias ao encaminhamento urgente de soluções para os problemas fundiários. A garantia foi dada pelo presidente do Senado, José Sarney, após reunir-se ontem à tarde com os líderes partidários para avaliar a posição da Casa sobre o assunto.

A posição dos líderes foi levada por Sarney ao presidente da República em reunião no final da tarde, no Palácio do Planalto, com a presença também dos presidentes da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, e do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, além do ministro da Justiça, Nelson Jobim.

- Estamos dispostos a dar tramitação de urgência a todas as medidas que o presidente julgar necessárias para que se possa restaurar imediatamente a paz no campo. Não podemos mais admitir a repetição de cenas como as ocorridas no sul do Pará - afirmou Sarney.

A maioria dos líderes respaldou a proposta de criação de mi-

nistério para a Reforma Agrária, que, segundo Sarney, teria caráter extraordinário, de forma a ser dotado de estrutura leve, desburocratizada, adequada a ações urgentes, facilitando a tramitação dos processos de desapropriação, assentamento e regularização da terra.

A criação de juizados de pequenas causas especializados em questões fundiárias poderá acelerar o processo e prevenir muitos conflitos, e, na avaliação do presidente do Senado, seria a grande contribuição do Congresso ao esforço de levar a paz ao campo, ao lado da revisão e consolidação das leis sobre reforma agrária, que dependem da aprovação de projetos em tramitação na Câmara.

Sarney julga natural que o presidente recorra ao instituto da medida provisória para encaminhar ao Congresso as soluções que vai propor.

- As medidas provisórias têm sido utilizadas para muitas coisas que não possuem caráter de urgência. Neste caso, o presidente da República tem todos os motivos para julgar que se trata de matéria urgente e necessária - assinalou.

"Não podemos mais admitir a repetição de cenas como a ocorrida no sul do Pará"

Senado quer regulamentar mudanças na Carta

Página 3

Proposta política contra exploração de menores

Página 3

Contratação de professor estrangeiro tem última votação

Proposta já foi aprovada em dois turnos pela Câmara e em primeiro turno pelo Senado. Comissões analisam extensa pauta na semana

A proposta de emenda constitucional que autoriza as universidades e institutos de pesquisa a contratar professores e cientistas estrangeiros deve ter sua última votação amanhã (quarta-feira). A emenda, já aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados e em primeiro turno pelos senadores, será promulgada imediatamente pelas mesas do Senado e da Câmara se receber votação favorável em segundo turno.

Ainda amanhã, o plenário do Senado apreciará emenda constitucional que veda totalmente aos membros do Ministério Público (procuradores e promotores) qualquer atividade político-partidária. Na quinta-feira, os senadores poderão votar projeto de lei que amplia

para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional o prazo para requerer registro provisório.

COMISSÕES

Na área de comissões, reúne-se hoje, às 14h30, a comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.376/96, que trata da responsabilidade solidária de controladores de instituições financeiras submetidas a intervenção ou administração temporária do Banco Central, bem como da responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes.

Amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem reunião marcada para as 10h, quando apreciará várias propos-

tas, entre elas a Emenda Constitucional nº 52/95, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país. Também será analisada emenda constitucional que acaba com o limite de juros reais de 12% ao ano, como prevê o artigo 192 da Constituição. Outra proposta em discussão pela CCJ proíbe a entrada e a navegação de embarcações com carga de plutônio ou resíduos radioativos no mar territorial brasileiro.

Na quinta-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos ouvirá o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, sobre as medidas tomadas pelo Ministério Público diante das denúncias de irregularidades no Banco Nacional.

Maldaner: projeto facilita pensão para deficientes

Idosos e pessoas portadoras de deficiência física poderão receber o benefício mensal no valor de um salário mínimo se suas famílias tiverem renda mensal inferior ao mesmo valor, caso seja aprovado projeto do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alterando a Lei nº 8.742, de dezembro de 1993. Atualmente, esse benefício só é concedido às pessoas idosas e deficientes cujas famílias tenham renda mensal inferior a um quarto do salário mínimo.



Maldaner

Maldaner explica que procura sanar um erro de avaliação no estabelecimento das condições de carência das famílias para o idoso ou o deficiente fazer jus ao benefício, erro que, segundo ele, "o próprio presidente da República reconheceu em entrevista recente".

Maldaner explica que procura sanar um erro de avaliação no estabelecimento das condições de carência das famílias para o idoso ou o deficiente fazer jus ao benefício, erro que, segundo ele, "o próprio presidente da República reconheceu em entrevista recente".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Preside Sessão Especial do Senado em homenagem ao 36º aniversário de Brasília e do jornal *Correio Braziliense*.

14h30 - Preside Sessão Ordinária Deliberativa do Senado.

15h - Recebe o secretário de Cultura de Mato Grosso, Elismar Bezerra, e a jornalista Alaide Poquivini.

18h30 - Recebe o presidente do Partido dos Trabalhadores - PT, deputado José Dirceu.

PLENÁRIO

10h - Sessão Especial do Senado

Pauta: Homenagem ao 36º aniversário de Brasília e do jornal *Correio Braziliense*.

14h30 - Sessão Ordinária Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 41/95 - Complementar, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal (tramitando em conjunto com os PLSs nºs 123 e 149/95 - Complementares); e segundo dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 61/95, que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Anteprojeto de resolução que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências (de autoria do Grupo de Trabalho destinado a elaborar medidas de controle para os atos do

Poder Executivo", sob coordenação do senador Esperidião Amin, e constituído pelos senadores Wilson Kleinübing, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra e José Eduardo Dutra. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95.

Pauta: Acolhimento de sugestões para a programação definitiva dos trabalhos da comissão; aprovação do programa definitivo a ser seguido pela comissão; e assuntos diversos. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.376/96, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024/74 e o Decreto-Lei nº 2.321/87; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre a privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-Lei nº 2.321/87, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.393/96, que reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.386/96, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Senado já discute regulamentação das reformas

Relator da Comissão Especial, o senador Bernardo Cabral quer antecipar discussão e evitar que as próximas eleições municipais empurrem a finalização das mudanças para o ano de 1997

As cinco emendas constitucionais sobre a reforma econômica aprovadas pelo Congresso no ano passado, e que até agora não foram regulamentadas, começam a ter suas regulamentações discutidas por uma comissão especial de senadores, a partir das 11h de hoje.

Com a iniciativa, o Senado se antecipa até mesmo ao governo e pretende apresentar projetos para regulamentar a quebra dos monopólios estatais do petróleo e das telecomuni-

cações, tratamento igualitário para empresas nacionais e estrangeiras, abertura da navegação de cabotagem aos navios estrangeiros, e fim do monopólio estadual na distribuição de gás canalizado.

Os trabalhos da comissão serão dirigidos pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que ocupa a presidência, José Fogaça (PMDB-RS), vice-presidente, e Bernardo Cabral (PFL-AM), relator. Ex-relator da Constituição de 88, Cabral acredita que, devido à proxi-

midade das eleições municipais, o trabalho da Comissão Especial evitará que a discussão das emendas seja empurrada para 97. "Nosso prazo é exíguo, mas temos condições de discutir as várias propostas de regulamentação já apresentadas por parlamentares e propor ao plenário projetos uniformes sobre cada assunto até junho", disse Cabral.

Das cinco emendas constitucionais aprovadas, o governo enviou ao Congresso apenas uma regulamentação - a que-

bra do monopólio das telecomunicações, que se encontra na Câmara. A ideia dos integrantes da comissão é ouvir ministros, presidentes de sindicatos e especialistas independentes sobre cada assunto.

A proposta para que os senadores discutam as regulamentações é do senador Lúcio Alcântara. O presidente do Senado, José Sarney, decidiu instalar a comissão imediatamente e pediu aos líderes partidários que indicassem os seus 26 integrantes.

Sessão é suspensa em homenagem a Ubaldo Correia

O Senado aprovou ontem a inserção de voto de profundo pesar nos Anais da Casa e a apresentação de condolências à família e ao governo do estado do Pará pela morte do deputado federal Ubaldo Correia. O requerimento aprovado, de autoria do senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), solicitava também a suspensão da sessão do Senado de ontem à tarde.

O deputado Ubaldo Correia faleceu na noite do domingo em Brasília, aos 67 anos, vítima de um ataque cardíaco, e deixa viúva, Eunice Correia, e seis filhos. Em sua homenagem, o senador Coutinho Jorge destacou a trajetória política de Ubaldo Correia. Prefeito de sua cidade de 1959 a 1963, ele foi por duas vezes deputado estadual e estava no exercício do segundo mandato como deputado federal. Também homenagearam a memória de Ubaldo Correia, ex-presidente do Banco da Amazônia (BASA), os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Nabor Júnior (PMDB-AC), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Júlio Campos (PFL-MT), que presidia a sessão, lamentando a perda do grande homem público.

Benedita quer política contra exploração sexual de menores

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) advertiu que "o fenômeno sombrio" da exploração sexual de menores vem adquirindo contornos alarmantes em todo o mundo, tornando-se urgente, a seu ver, o desenvolvimento de políticas setoriais para enfrentar o problema.

Como exemplo de ação nesse sentido, a senadora destacou o programa *Brasília-Criança*, do Governo do Distrito Federal, salientando que "a vontade política e a determinação do governador Cristovam Buarque"



Benedita da Silva

fizeram com que secretarias do governo se aliassem a setores da sociedade civil, do Legislativo e do Judiciário para um trabalho conjunto em defesa das crianças.

Outra iniciativa que recebeu o apoio de Benedita da Silva foi a proposta do Ministério da Justiça de implantar um cadastro social de inadimplentes para os estados e municípios que não

cumprirem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme explicou, os inscritos nesse cadastro ficariam impedidos de receber empréstimo ou assinar convênios com o governo federal.

Benedita da Silva também informou que sugestões para o desenvolvimento de programas e políticas que permitam a prevenção, atendimento, defesa e reinserção à sociedade das crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual serão apresentadas no Primeiro

Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, a ser realizado em agosto, na Suécia. A senadora disse ter participado, recentemente, do Seminário contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, evento que teve por objetivo formular documento com a posição dos países americanos sobre o assunto.



Odacir Soares

Odacir elogia plano de ação do Trabalho

O senador Odacir Soares (PFL-RO) elogiou o *Plano de Ação - Um Compromisso Com a Mudança, 1996-98*, lançado pelo Ministério do Trabalho. Conforme o senador, o plano objetiva promover a reformulação da legislação trabalhista, consolidar uma política de fomento ao trabalho e possibilitar a reorganização institucional do ministério.

Odacir destacou o Programa de Reforma das Relações Trabalhistas, incluído no plano, que, segundo informou, pretende alcançar, entre outros resultados, a instituição de um contrato coletivo como instrumento básico de negociação das condições de emprego e remuneração, a modernização da organização sindical, a redução de encargos sociais e a criação de mecanismos que facilitem a inserção de jovens no mercado de trabalho.

Senador terá página eletrônica na Internet

Parlamentar poderá usar homepage para divulgar atividades legislativas e para informar posicionamento e opiniões sobre assuntos de interesse público

Os senadores poderão usar páginas eletrônicas (*homepages*) na Internet para emitir opinião sobre assuntos de interesse público e para divulgar atividades parlamentares e legislativas. A possibilidade está prevista em ato da Comissão Diretora do Senado Federal de 16 de abril. As *homepages* dos senadores poderão ser acessadas a partir da página eletrônica do Senado, no endereço <http://www.senado.gov.br/>.

Pela decisão, o teor do material será de exclusiva responsabilidade do senador, condição que deverá constar na respectiva *homepage*. Cabe ao parlamentar, portanto, a observância dos preceitos legais que, direta ou indiretamente, regem a veiculação pública de informações.

As páginas eletrônicas de divulgação das atividades legislativas dos senadores integram um conjunto de serviços colocados progressivamente à disposição dos usuários da Internet desde junho do ano passado. O mais recente deles é o

Relatório Anual da Presidência de 1995. Publicado em volume de mais de 600 páginas, apresenta uma radiografia detalhada dos trabalhos desenvolvidos

Pela homepage do Senado o usuário acessa as mesmas informações que orientam e informam parlamentares e funcionários no dia-a-dia de seu trabalho

pelos senadores, com ementas das matérias legislativas tratadas no ano e levantamentos da participação de cada parlamentar nos diferentes foros da instituição.

DENTRO DO SENADO

Através da *homepage* do

Senado o usuário acessa as mesmas informações que orientam e informam parlamentares e funcionários no dia-a-dia de seu trabalho. É possível acompanhar diariamente as atividades desenvolvidas no plenário e nas comissões permanentes e temporárias, e informar-se sobre agendas, pauta do plenário e das comissões, resultado de votações e matérias em discussão ou deliberação. Na *Agência Senado*, um dos hipertextos da *homepage*, o dia-a-dia do processo legislativo é apresentado em forma de noticiário jornalístico.

Além dessas informações institucionais, a *homepage* do Senado também permite acessar a rede de servidores governamentais mantidos pela Rede Nacional de Pesquisa e por órgãos públicos nacionais e internacionais, como a rede de servidores da Organização das Nações Unidas e a Biblioteca do Congresso americano.



Esperidião Amin

Amin: correção de insumo sufoca agricultura

Os custos dos insumos foram "majorados impiedosamente" desde a última safra, enquanto os preços mínimos permaneceram praticamente os mesmos, afirmou o senador Esperidião Amin (PPB-SC), ao dirigir apelo ao governo para que ponha fim a "esse tratamento discriminatório contra a agricultura".

Para o senador, "permitindo reajustes abusivos, de um lado, e engessando os preços dos produtos agrícolas, de outro, o governo sobrecarrega o homem do campo, ao invés de fazer com que todos os segmentos produtivos compartilhem ônus e benefícios".

- Diante dessa situação, é de se questionar se o governo brasileiro, não obstante seu alto propósito de garantir comida barata à população de baixa renda, não estará matando a galinha dos ovos de ouro - disse o senador, que defendeu pleito da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos, em Santa Catarina.

Perdão para dívidas fiscais de até R\$ 8 mil

O senador João França (PMDB-RR) apresentou ontem projeto que autoriza o Ministério da Fazenda a conceder perdão de créditos tributários de valores inferiores a 10 mil Ufirs (R\$ 8 mil) a devedores cujas obrigações com a Receita Federal tenham sido



João França

contraídas até seis anos antes de a lei entrar em vigor, caso seja aprovada a proposição. Na opinião do senador, somente a partir desse valor as cobranças tributárias seriam rentáveis para os cofres públicos.

Ao justificar a proposição, João França argumenta que

esta seria uma das soluções para o problema da arrecadação no Brasil, já que, no seu entender, as demandas de pequenas causas, abaixo de 10 mil Ufirs, consomem demasiado tempo e recursos públicos, sem o retorno esperado. Segundo o senador, a Receita deveria concentrar-se apenas nos grandes devedores para aumentar o volume arrecadado.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heliival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal